

Capítulo VI

*Cidades-Porto enquanto espaço de interface cultural: da cidade
Ribeira Grande à Cidade Velha – Património Mundial*





CIDADES-PORTO ENQUANTO ESPAÇO DE INTERFACE CULTURAL: DA CIDADE RIBEIRA GRANDE À CIDADE VELHA – PATRIMÓNIO MUNDIAL

Martinho Robalo de Brito

Doutorando em História pela Universidade de Évora, Investigador e Docente Universitário - Técnico Especialista, Nível II do Instituto do Património Cultural, Praia, Santiago, Cabo Verde (martinho.brito2014@gmail.com; martinho.brito@iipc.gov.cv)

RESUMO

Esta reflexão científica gravita em torno da ocupação colonial, na linha de costa do Atlântico Sul, no contexto ibero-africano, tendo como protótipo o arquipélago de Cabo Verde, o caso concreto da cidade da Ribeira Grande (1533), enquanto espaço de interfaces, cultural, social e identitário, e na emergência do povo e cultura cabo-verdianos. O seu objetivo primordial visa compreender as motivações que levaram os portugueses a escolher e ocupar o litoral atlântico, sobretudo, nas ilhas atlânticas, como foi o caso da cidade de Ribeira Grande, na ilha de Santiago, Cabo Verde. Ocupação essa que ocorre, na sua maioria, nas baías que serviram de ancoradouros para as frotas navais, com água potável para consumo e abastecimento, terrenos propícios para a agricultura e a pecuária e, sobretudo, espaços que lhes proporcionaram a defesa e segurança. O estudo da ocupação colonial portuguesa nas ex-colónias, como Cabo Verde, durante cinco séculos requer uma abordagem teórico-metodológica cuidadosa, pois, grande parte dos registos da sua memória-histórica já desapareceu com o tempo e muita coisa está inacessível nos arquivos europeus (portugueses). Por esse motivo, utilizamos na nossa pesquisa documental as fontes secundárias dos arquivos nacionais e locais, principalmente do IANCV e IPC¹, complementados com os arquivos digitais das academias. Como recurso, usamos alguns métodos para as ciências sociais, como os de observação direta e participante, aplicando a nossa experiência laboral de décadas de trabalho como técnico e gestor, pesquisador e docente universitário. Cruzamos os dados recolhidos das leituras documentais com os dos recentes encontros de terreno nas comunidades dos cinco bairros consolidados da cidade, durante o estudo e diagnóstico para a atualização do plano de gestão do sítio, 2024 a 30. Em termos conceptuais, apresentamos determinados conceitos inovadores como os de paisagem, economia, turismo e património culturais azuis, no sítio Cidade Velha. A paisagem cultural azul engloba o território, as suas gentes e todo o seu ambiente na área classificada como património universal, associado ao espaço marítimo, às montanhas, e às ribeiras férteis e aos monumentos e vestígios arqueológicos terrestres e subaquáticos. Em suma, este estudo implica uma abordagem interdisciplinar e multifacetada da costa oceânica de Cabo Verde, vinculados

às costas africanas-lusófonas. Por conseguinte, o mesmo poder-se-á aplicar em todas as cidades-porto da referida costa, analisando o seu estado de arte e perceber a (re)interpretação da sociedade moderna sobre esses espaços de memória-histórica com elevadas marcas do passado colonial.

Palavras-chave: Património; Paisagem; Economia; Turismo; Culturais Azuis e Cidades-Porto.

89

Port cities as a space of cultural interface: from Ribeira Grande city to Old Town – World Heritage

ABSTRACT

This scientific reflection revolves around the colonial occupation, on the South Atlantic coastline, in the ibero-african context, having as its prototype the Cape Verde archipelago, the specific case of the city of Ribeira Grande (1533), as a space of interfaces, cultural, social and identity, and in the emergence of the Cape Verdean people and culture. Its primary objective is to understand the motivations that led the Portuguese to choose and occupy the Atlantic coast, especially the Atlantic islands, as was the case of the city of Ribeira Grande, on the island of Santiago, Cape Verde. This occupation occurs, for the most part, in the bays that served as anchorages for the naval fleets, with drinking water for consumption and supply, land suitable for agriculture and livestock and, above all, spaces that provided them with defense and security. The study of Portuguese colonial occupation in former colonies, such as Cape Verde, for five centuries requires a careful theoretical-methodological approach, as much of the records of its historical memory have already disappeared over time and much is inaccessible in European archives (Portuguese). For this reason, in our documentary research we used secondary sources from national and local archives, mainly from the IANCV and IPC, complemented with the digital archives of the academies. As a resource, we use some methods for the social sciences, such as direct and participant observation, applying our work experience from decades of work as a technician and manager, researcher and university teacher. We crossed the data collected from documentary readings with those from recent field meetings in the communities

¹ Instituto de Arquivo Nacional de Cabo Verde e do Instituto do Património Cultural do Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas.

of the city's five consolidated neighborhoods, during the study and diagnosis for updating the site's management plan, 2024 to 30. In conceptual terms, we present certain innovative concepts such as those of blue landscape, economy, tourism and cultural heritage, at the Cidade Velha site. The blue cultural landscape encompasses the territory, its people and its entire environment in the area classified as universal heritage, associated with the maritime space, the mountains, and the fertile streams and monuments and archaeological remains on land and underwater. In short, this study involves an

interdisciplinary and multifaceted approach to the oceanic coast of Cape Verde, linked to the African-Lusophone coasts. Therefore, the same can be applied to all port cities on the aforementioned coast, analyzing their state of the art and understanding the (re)interpretation of modern society on these spaces of historical memory with high marks from the colonial past.

Keywords: Heritage; Landscape; Economy; Tourism; Cultural Blues and Port Cities



CONTEXTUALIZAÇÃO DO ARTIGO

Esta reflexão científica resulta da missão realizada em Portugal, por uma equipa de investigadores do IPC, no âmbito do projeto CONCHA-Portugal,² no mês de outubro do 2023,

na sequência da qual a organização nos convidou para apresentar um tema sobre o assunto. Para os devidos efeitos, vamos submetê-lo ao concurso da rede de investigadores-BRASPOR para publicação.

A mesma irá refletir, de forma holística, o quadro da história global, a partir da história local, analisando o papel das cidades-porto no processo de colonização e construção de Nações, hoje,

² Financiamento ao abrigo da EU H2020-MSCA-RISE-2017 research and innovation programme under grant agreement N° 777998, no passado mês de outubro, do ano de 2023 em que participamos no XIII Encontro da Rede BRASPOR, em Cascais

de 25 a 28 de outubro, no âmbito da cooperação entre a Universidade Nova de Lisboa, a Rede e o IPC.

Estados/Nações, abrindo assim debates científicos à volta do contributo (cidades-porto lusófonas) na construção da identidade cultural.

Esta abordagem científica abrangente decorre de uma visão mais ampla do mundo enquanto aldeia global, partindo do papel da história da Ribeira Grande, na rota de escravos e construção da comunidade negra africana no novo mundo, referenciado como a diáspora negra nos dois continentes da América e da Europa, no dossier de candidatura da Cidade Velha (2008).

Essas cidades-porto da linha da costa do Oceano Atlântico, particularmente, no nosso arquipélago, a partir do século XV contribuíram para a formação da sociedade e cultura crioulas. Esses espaços são frutos de encontros ocasionais e, também, repositórios de artefactos resultantes dos naufrágios espalhados por todo o país, incluindo Cidade Velha. Ali, nasceram uma cultura e um povo miscigenados, fruto de um relacionamento espacial neutro, cujo ambiente interpessoal desembocou num grupo social de identidade *sui generis*. O seu propósito embrionário é buscar os elementos comuns de ocupação em toda as cidades-porto da linha costeira ibero-africana, enquanto espaço de interface-cultural e de construção social, idêntico nos três continentes.

Em suma, essas cidades portuárias, em toda a linha costeira Ibero-africana, têm uma história comum, gerando uma parte importante de patrimónios azuis tangível e intangível. Na verdade, no período pós-independência houve uma preocupação em valorizá-las, classificando-as como património nacional e mundial - Cidade Velha. Essas urbes são protótipos de espaço, onde se dá (re)encontro ocasional de povos, produzindo uma herança cultural tangível e intangível (POLÓNIA & COSTA, 2020).

OBJETIVOS

De forma genérica pretendemos analisar o contributo das cidades-porto na construção social na linha de costa no mundo ibérico-africano, enquanto espaços de interface-cultural, na edificação da memória e história globais. Especificamente, observamos as urbes das costas lusófonas dos PALOP, a partir da Cidade Velha; diagnosticar os atributos materiais e imateriais do

sítio associado às orlas marítimas; examinar o estado de arte e os riscos naturais e antrópicos do centro histórico, berço da nação - Cidade Velha; perceber o contributo, e o valor do oceano no processo global de preservação e gestão patrimoniais; propor medidas que possam fomentar a preservação ou salvaguarda dos testemunhos veiculados aos desafios oceânicos; e procurar traçar linhas que promovam medidas de políticas em prol da fruição e do desenvolvimento sustentável comunitários, e que também amenizem os riscos naturais e antrópicos.

MÉTODOS

Foram usados diferentes tipos de procedimento científico, a começar pelo método documental, fruto das leituras de documentos associados. Usamos, ainda, o qualitativo e o quantitativo, para melhor compreensão das informações orais e escritas recolhidas. Como estratégia investigativa, cruzamos informações escritas e orais, complementados com o indutivo e o dedutivo, para reforçar as nossas leituras documentais. Essas informações foram referenciadas ao longo de todo o corpo textual deste artigo, com recurso a citações diretas e indiretas.

Há algumas semanas terminamos o trabalho de campo na Cidade Velha, no âmbito da recolha de dados para atualizar o plano de gestão, 2024-30. Fizemos três encontros com a comunidade dos cinco bairros, para auscultar os moradores sobre as suas expectativas, os seus problemas e as suas propostas de soluções. Houve mais dois encontros com o pessoal de todos os bairros juntos para o preenchimento de uma ficha de terreno, usando a técnica de análise – FOFA/SWOT³.

Esses dados foram recolhidos com base nos eixos de educação e participação comunitária; de proteção e salvaguarda; e de capacitação comunitária em matéria de gestão patrimonial,

³ Esta técnica foi usada para recolher os dados orais da comunidade, através análise FOFA - SWOT – Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats), o que nos permitiu atualizá-los em cada encontro realizado com a comunidade. Cada encontro tinha em média de 25 pessoas e foram realizadas três sessões separadas e duas conjuntas. Em cada sessão os técnicos lançavam os tópicos de acordos com os eixos previstos na estrutura do plano de gestão, descritos no parágrafo seguinte.

ambiental, turístico e desenvolvimento sustentáveis. Foram também usados métodos de recursos como os de observações direta e participante, e indutivo e dedutivo, como forma de clarear algumas informações dúbias.

PROBLEMATIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO

As cidades-porto lusófonas possuem as mesmas funções, no espaço de interface e na referida construção social. Por isso, tomamos a Cidade Velha como modelo decorrente das relações sociais entre alguns europeus e africanos, no primeiro momento, vindos dos dois continentes. No segundo momento, entre os nativos insulares (brancos da terra e libertos) e, no terceiro, entre os nacionais residentes e na diáspora e estrangeiros residentes.

Nas nossas pesquisas bibliográficas não encontramos muitas referências nacionais. Contudo, realçamos que foi encontrado um trabalho do historiador cabo-verdiano António Correia e Silva, publicado em 1998, que serviu de base para este trabalho.

A extensa costa litoral no atlântico sul, a qual Cabo Verde está inserido, deve constituir-se a razão fundamental da mudança de paradigma tanto no pensar e no agir, como nas análises críticas da comunidade científica. Por conseguinte, reiteramos a necessidade de estudos científicos interdisciplinares e multinacionais sobre a problemática do oceano e das suas costas como espaço de (re)construção social, cultural e patrimonial em prol do desenvolvimento azul.

REFERENCIAL TEÓRICO PATRIMONIAL, ECONÓMICO E TURÍSTICO, CULTURAIS AZUIS

Os conceitos básicos que estiveram na esteira da nossa reflexão, vinculado à linha costeira ibero-africana são a paisagem, o património, a economia culturais azuis e as cidades-porto, alavancados ao vasto oceano do atlântico sul, mais concretamente o de Cabo Verde.

A paisagem cultural azul, segundo a UNESCO, “é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores

(Portaria nº 127. 2009⁴”). A paisagem cultural azul da Cidade Velha é entendido o conjunto destes elementos de cultura e do mar, tangível e intangível, e natureza associado ao ambiente e ao Homem.

Assim, os vestígios históricos e arqueológicos da antiga Ribeira Grande que está sob a Cidade Velha, as rochas escarpadas, os vales, as ribeiras verdejantes, os animais domésticos e selvagens, os moradores, as manifestações culturais, os monumentos, os vestígios, os artefactos subaquáticos, entre outros, enformam a paisagem cultural azul.

Já património cultural azul é abordado como “constructo social azul”, explorando as diversas perspectivas teóricas globais e particulares testemunhos, à luz da Convenção de Paris de 1972, da Convenção para a Proteção e Salvaguarda do Património Cultural Imaterial de 2003, da Convenção sobre a Proteção e a promoção da Diversidade das Expressões Culturais, 2005 e do nosso “Regime Jurídico do Património Cultural (Lei nº. 85.2020)⁵. Perspectivas essas que nos permite perceber o património azul como *direito patrimonial, bem civilizacional e construção sociológica*, tendo como sustentáculo a comunidade local, promovendo a sua participação criativa e proativa, durante todo o processo de concepção, conservação, processamento e gestão. Estas medidas de políticas devem, sempre, satisfazer às necessidades sociais, presentes no processo, livre e democrático de seleção, concepção e implementação de modelo de conservar um bem comum (GARCÍA CANCLINI, 1999).

A economia cultural azul baseia-se na racionalização dos recursos culturais e oceânicos escassos, como vetor de desenvolvimento sustentado. Ela reconhece a importância da cultura, dos mares e oceanos e, sobretudo, dos homens, nas zonas costeiras, como um ecossistema da terra e do oceano, em prol do desenvolvimento sustentável⁶. E as cidades-porto são vistas como as urbes que, pela sua localização geográfica estratégica e, em

⁴ Portaria de 30 de Abril. 2009, art. 1º, estabelece a chancela de paisagem cultural, portal.iphan.gov.br, consultado em Março de 2024.

⁵ Regime Jurídico do Património Cultural Nacional, Lei nº. 85/IX/2020 de 04 de Abril.

⁶ Programa educativo da Universidade de Cabo Verde no domínio da economia azul (www.uni.cv.edu.cv, consultado em Março de 2024).

particular, histórica, serviram de assentamentos, portos de abrigo e espaço de simbiose cultural e social. Aliás, as cidades-porto “... são, em Cabo Verde, profundamente tributárias da posição geográfica do arquipélago, e, em menor grau, do clima, topografia, hidrografia, etc.” (CORREIA E SILVA, 1998, p. 5). Ou ainda “... elas constituem-se também como zona de contato, de trocas culturais, de transferência de conhecimento, de experiências sincréticas” (POLÓNIA & COSTA, 2020, p.18).

Em suma, esse referencial teórico nos permite valorizar, interpretar e disseminar a memória histórica e patrimonial das cidades-porto no mundo colonial lusófono, vinculado à linha costeira cabo-verdiana, paisagem e património culturais azuis, no caso da linha da costa das ilhas de Cabo Verde, Cidade Velha, da economia cultural azul.

Esse património cultural é visto como conjunto de bens materiais (móveis e imóveis) e imateriais, deixando marcas indelévels do tempo-espaço na compreensão histórica relacional e simbólica entre o mar, o homem e a terra, conjugado ao valor simbólico universal excepcional atribuído à memória colectiva de um povo. Também é visto, ainda, como “um produto turístico azul” a procura de satisfazer a demanda do consumo, após processo de intervenção de um bem, de conservação a gestão e interpretação para melhor o preservar ou salvaguardar, convertendo-o em produto turístico cultural-azul vendível (ASHWORTH, 1994).

A nossa estratégia científica foi trazer experiências globais da linha costeira de lusofonia, tanto da memória-histórica como do património, à luz das normas internacionais da UNESCO, para uma melhor compreensão da realidade global, uma vez que, ao nível local e nacional, ainda não encontramos muitos estudos. Para o efeito, analisamos as oportunidades de estudo que as zonas costeiras do mundo português nos facultam. O seu âmbito espaço-temporal remonta o dealbar da expansão portuguesa no século XV, nas primeiras iniciativas de assentamento e povoamento, indo até a actualidade. Não obstante, as presenças de ruínas arquitectónicas arqueológicas, possuidoras, por vezes, de marcas dolorosas do passado, a sua (re)interpretação nos obriga um olhar crítico e clínico sobre as cidades-porto e os seus vestígios no processo

(re)construtivo e (re)criativo das várias etapas da sua história e das suas heranças culturais, “traumáticas” (POLÓNIA & COSTA, 2020, p.16), no arquipélago, em relação ao oceano e a própria colonização.

PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL AZUL

O Património cultural imaterial azul (PCIA) é um produto que melhor vincula os conceitos da economia e turismo culturais azuis. A cidade berço possui potencialidade ao nível de atributo intangível, que merece ser melhor aproveitado, se lhe for agregado valor de qualidade. O PCIA é entendido como vector de desenvolvimento sustentável associado aos fenómenos económico e cultural. Vector esse que prevê melhoria de qualidade de vida comunitária, promovendo o seu sentimento de pertença e a sua participação, vinculadas às práticas, representações, expressões e técnicas, ligados aos seus instrumentos, objectos, artefactos e/ou lugares culturais reconhecidos pelas comunidades, grupos ou indivíduos como parte integrante de seu património (CONVENÇÃO, 2003).



Figura 2. Prato tradicional - Peixe Grelhado com Legumes.

A gastronomia azul enquanto PCIA é o valor e o conhecimento transmitidos às gerações vindouras, baseados em produtos agrícolas e marinhos locais (Figura 2), que precisam ser melhor explorados e disseminados. O prato típico do sítio histórico é o “caldo de peixe”, feito com leite de coco, um atrativo turístico local que, se for bem aproveitado, agrega valor ao turismo e à economia azul, podendo ser um produto de marca local. Os PCIA’s regem-se pelos domínios e categorias

presentes nas tradições e expressões orais, incluindo a língua materna, enquanto vetor de transmissão, nas práticas sociais, rituais e eventos festivos, nos conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e nas aptidões ligadas ao artesanato.

Por conseguinte, as manifestações culturais sincréticas são suportadas pela língua cabo-verdiana, que é o veículo de transmissão de conhecimento entre as gerações.

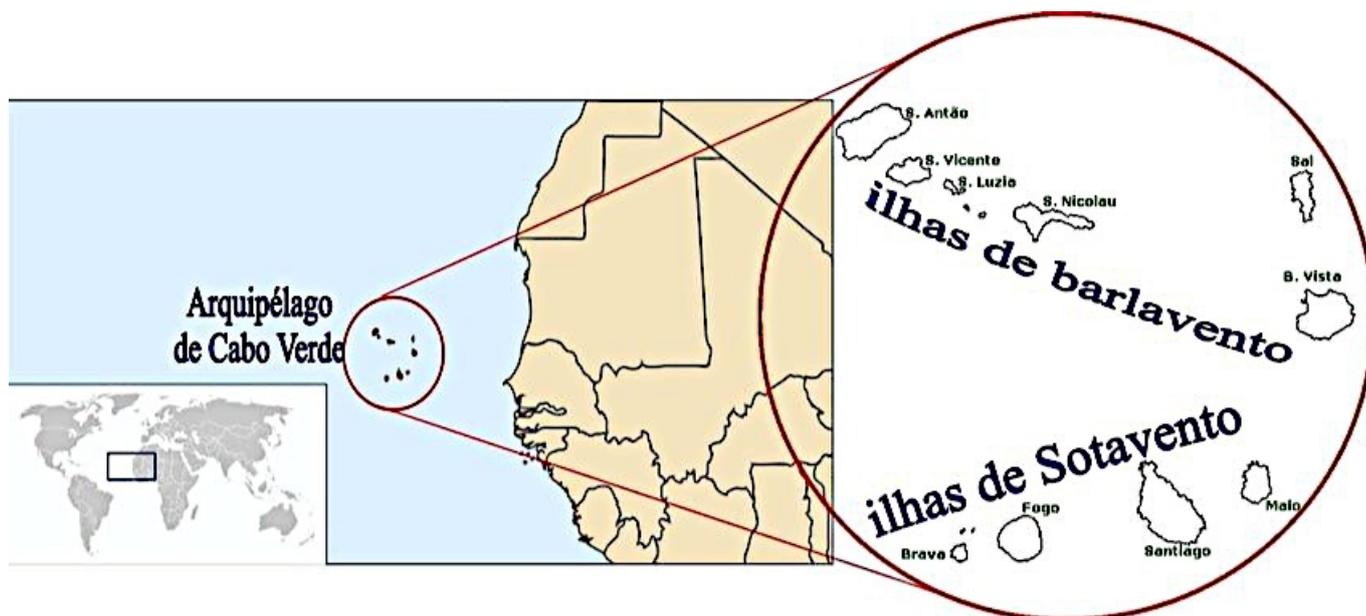


Figura 3. Mapa de Cabo Verde.

Essa memória histórica marca indelévelmente a Cidade Velha como um bem intangível distinto, pois, revela o espírito de lugar, um dos critérios que motivou a sua classificação a património universal. Todavia, o sítio beneficiou de um projeto de registo geral dos bens imateriais, em 2015, no âmbito do inventário de base comunitária, em contexto de formação, a três comunidades, do Concelho: Centro Histórico, Salineiro e Calabaceira para cerca de 20 formandos locais. Sendo que somente no centro histórico foram inventariados cerca de 11 dos 31 PCIA's inventariados (CATÁLOGO, 2020)⁷.

ABORDAGEM HISTÓRICO-CULTURAL

O Arquipélago de Cabo Verde (Figura 3) situa-se na encruzilhada do atlântico sul, a 500 km do sítio cabo verde no Senegal, constituído por 10 ilhas e vários ilhéus. Formado por dois grupos vinculados ao vento alísio, sendo o mais a norte,

classificado como grupo de barlavento: Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista e vários ilhéus e mais a sul o de sotavento: Maio, Santiago, Fogo, Brava e vários ilhéus.

Achado a 01 de maio de 1460, as ilhas mais ao Sul, Maio, Santiago e Fogo, por navegadores português Diogo Gomes e o genovês, António da Noli e, pelo Diogo Afonso, as ilhas mais a norte, as de Santo Antão, S. Vicente, S. Nicolau, Sal e Boa Vista, cuja ocupação se iniciou 2 anos mais tarde, a partir Ribeira Grande, na ilha de Santiago. A sua localização geoestratégica fez com que servisse de plataforma de reabastecimento dos navios, de entreposto comercial e de “laboratório” de experimentação vegetal e animal, com destaque para as plataformas das rotas de escravos e do comércio triangular (HGCV, Vol. I, 1991).

O modelo de cidades-porto, ainda hoje, permanece nos espaços urbanos nacionais, constituindo assim um dos mais valiosos recursos, histórico, patrimonial e turístico associados ao mar em Cabo Verde. Aliás, a relação do homem com o mar, depende desse conhecimento do passado que é a pré-condição da invenção do futuro destes

⁷ PCIA – Património Cultural Imaterial Azul – designação produzido com base no inventário de base comunitária realizado em 2015, e publicado mais tarde em Catálogo do Inventário do PCI, do IPC, na Praia, em 2020.

espaços. Ou seja, dir-se-ia que esse passado histórico do homem ilhéu, na cidade-porto está vinculado ao mar e todo o seu ambiente, o que implica a sua disseminação e salvaguarda para gerações futuras (CORREIA E SILVA, 1998).

DA ILHA DE SANTIAGO À CIDADE VELHA

A existência, no século XV, de uma baía, na Ribeira Grande, que servira de ancoradouro e de foz de duas grandes ribeiras de água corrente: a de Convento e a da Maria Parda que serviram, sobretudo, para abastecer as caravelas, localizadas no meio das rochas escarpadas, com enormes falésias, que facilitaram a defesa, favoreceram a sua ocupação. Estas são as condições mínimas encontradas, uma vez que não abundavam terrenos para a agricultura, nesta urbe. É a maior ilha do arquipélago, com cerca de 991 km², achada também pelos citados navegadores Gomes e da Noli, no mesmo dia, cujo nome atribuído advém do santo patrono San Iago, conhecido por São Tiago Menor e, é ainda patrono da actual Diocese de Santiago de Cabo Verde, comemorado a 3 de Maio.

Inicialmente a ilha foi dividida em duas capitánias, em que os donatários recebiam o direito de exploração da terra, por via da carta de doação. A capitania do Sul, sedeada no povoado de Ribeira Grande, chefiada pelo capitão-donatário genovês António da Noli e, a do Norte, chefiada por Diogo Afonso sedeada em Baía de Alcatraz, que não durou muito tempo por insalubridades de água e terreno inóspito do local. A ilha de Santiago, localizada no Sudoeste do arquipélago, pela sua importância política e económica, associado ao estatuto da capitalidade (Ribeira Grande) sofrera constantes ataques dos piratas e corsários, a destacar os do britânico *Francis Drake* e do francês *Jacques Cassard*, nos séculos XVI e XVIII, respetivamente. Esses eventos levaram os sucessivos governos reinóis locais a reforçar o seu sistema defensivo, primeiro na cidade, começando pelas zonas baixas, finalizando na zona alta da Cidade Velha (Fortaleza Real de São Filipe) e, depois, noutros pontos de interesse da ilha. Ela tem, atualmente, cerca de 269.370 mil habitantes, dos quais mais de 180 mil residem na Cidade Capital,

Praia (CENSO, 2021), que fica a 12 km da antiga capital.

RESULTADOS - VALORIZAÇÃO DA CIDADE VELHA COMO PATRIMÓNIO MUNDIAL (2009)

Um país insular pequeno e frágil como Cabo Verde, com 4.033 km² de terras, com 730 mil km² de extensão marítima⁸ e com cerca de meio milhão de pessoas⁹, cujos atributos sociais resultam de interacção entre o homem, a terra e o mar, possuindo marcas coloniais dolorosas que merecem uma análise científica, passível de fornecer a sociedade moderna elementos interpretativos substanciais.

Assim, um estudo, da história e da memória colectiva emergentes, desses espaços dever-se-á revelar esses pressupostos científicos, no seu meio ambiente - o oceano e no seu contexto geopolítico. A existência de diversos cascos históricos na linha de costa do arquipélago de Cabo Verde, tendo como referências os mais antigos da ilha de Santiago, Ribeira Grande (1533), Praia Maria da Vitória (1858) e Mindelo (1879), na ilha de São Vicente, à semelhança das demais costas africanas, demonstra a importância e a necessidade de estudar esses assentamentos nessa região.

Recorrentemente surgem estudos sobre a comunidade com a percepção errónea de que as pessoas da comunidade não têm a noção do património cultural e do seu valor. Provavelmente, por falta de tempo para auscultá-la ou inexistência de trabalhos e estudos aprofundados que lhes permitam aferir o conhecimento do seu objecto de estudo. Entretanto, nas nossas referidas sessões realizadas *in situ*¹⁰, percebemos que, a maioria delas concebe e valoriza o património como uma herança e o mar como fonte de riqueza e via

⁸ Conscv.nl - <https://www.conscv.nl> > cabo-verde > informacoes-gerais, consultado em fev. e março de 2024.

⁹ Censo de 2021, INE, consultado em fev. e março de 2024.

¹⁰ Dos referidos encontros foram realizados 5 encontros: 3 nos bairros de Santo António, São Sebastião e Largo de Pelourinho e 2 no Centro Cultural do Município Local, com a comunidade. Houve, várias sessões também com a comunidade de acordo com os eixos do plano para recolher subsídios para se criar programas, projetos e cronogramas, no Gabinete do IPC na Cidade Velha.

principal de mobilidade de pessoas e bens nas ilhas. Ademais, os jovens defendem que a baía do porto, considerado cemitério de naufrágios, deve ser preservada, pela quantidade de artefactos arqueológicos subaquáticos e pela demanda dos turistas e mergulhadores.

No entanto, ainda, pode persistir algumas pessoas que não dominam as noções oceânica e patrimonial, na comunidade local, como por exemplo os idosos. Pois, a falta da capacitação sistemática dos utentes leva as autoridades local e nacional a elaborar planos de ações com programas e projetos de formação comunitária contínua. Como já dissemos, valorizam o mar como meio de

navegação marítima, para pesca ou para se banhar. Contudo, para alguns existem vários elementos construtivos marinhos e/ou associados aos monumentos, na estrutura, piso ou cobertura, incluindo as pedras brancas cantoneiras que vinham de Portugal, como contrapeso, nos fundos dos barcos. A nova geração de moradores (re)clamam por uma gestão do sítio autónoma e independente, em finanças e recursos humanos, querendo fazer parte da estrutura de gestão do sítio, solicitando mudanças de paradigma na forma de atuações no sítio, no sentido *bottom-up* (PARKINSON, *et al.*, 2016, 2 *apud* POLÓNIA & COSTA, 2020).



Figura 4. Praia com embarcações de pesca.

DISCUSSÕES

(Re)Interpretação da Cidade Velha

A cidade está classificada e requalificada, mas uma boa parte dela, carece de manutenção. O sítio possui placas de informativas, tendo faltado *ab initio* uma (re)interpretação moderna global, isto é, com painéis interpretativos legíveis e atrativos traduzidos em, pelo menos, três línguas: nacional,

oficial e estrangeira (inglês e francês, quiçá alemão). Essa ideia de colocar os monumentos a falar, acessível a toda gente, marca a diferença na fruição, na prestação de serviço e na permanência dos visitantes no sítio, (BRITO, 2012). A transformação do sítio em “Cidade-Museu” pode valorizá-lo ainda mais, promovendo a produção de conhecimento e a função social ligadas as coleções visitáveis e suas gentes (BRITO, 2012).

Desde a independência sempre houve ideia de projetos museológicos *in situ* até a década de 90, do século XX, contudo foi nos anos de 2000 a 2010, que alguns desses projetos emergiram: o Centro Interpretativo na Fortaleza (2000) e o Núcleo Museológico da Cidade Velha (2005), alojado numa das salas do Gabinete do IPC e encerrado (2011).

Segmento do Turismo e Ambiente Culturais Azuis

Ao nível diplomático cultural o sítio tem recebido financiamento e apoios técnicos para melhorar a sua gestão, capacitando comunidade na implementação de projetos, na auto-fiscalização e controle do ambiente. Porém, há fatores globais que não dependem dos países insulares como Cabo Verde, por exemplo, o controlo da emissão de gases, a aplicação da convenção do clima e o seu cumprimento, pelos países industriais do mundo, poder-se-iam ajudar na redução do aquecimento global, e na redução da poluição do meio, em especial, nos oceanos. Ao nível das Nações Unidas também pode-se aplicar medidas de políticas, que incentivam e ajudam os países que sofrem diretamente com estes flagelos. Por exemplo, existe uma proposta do Governo de Cabo Verde, já acolhida e implementada pelo estado português, em reconverter as dívidas públicas em projetos de investimento climáticos e ambientais. Esta seria uma das possíveis medidas. Outra medida seria o controlo cerrado nos transbordos e/ou lavagens de depósitos dos combustíveis dos cargueiros, que andam a deitar grandes quantidades de lixos tóxicos nos oceanos, para tal é necessário avultados recursos financeiros e materiais.

A disseminação da nossa memória histórica local fomentou-se, com a criação do circuito turístico, administrado pelo então Ministério da Cultura, de 2000 a 2005. Nesse período, a gestão pública passou à privada, com a assinatura de um contrato de consignação com a empresa Espano-Cabo-verdiana de Promoção Turística (Próim-tur). Actualmente, a gestão voltou a ser pública, partilhada entre o IPC e a Câmara local.

No entanto, o fluxo dos visitantes nacionais e internacionais aumentou exponencialmente com a classificação do sítio a património mundial, em 2009, pela UNESCO.

Segundo os relatórios IPC e o da UNESCO, de 2016, somente no ano de 2013 entraram cerca de

24.500 visitantes, sem contar com as visitas nacionais e locais, números esses que sobem, ano após ano. Esse aumento leva-nos a pensar na capacidade de carga do sítio que, não dá resposta às demandas endógenas (festas religiosas e festivais), muito menos, ao turismo de massa.

Gestão Integrada e Participativa do Sítio (GIP)

A gestão do sítio tem sido a principal preocupação para todos os utentes do sítio, pois, as autoridades procuram aplicar as normas da UNESCO e do país, no sítio. A comunidade, no entanto, quer ver os seus problemas do quotidiano resolvidos. Estas visões e interesses, por vezes antagónicos, podem criar conflito ou até minar o sentimento de pertença e a confiança comunitários.

O Manual de Gestão da UNESCO, 2016, recomenda um sistema de gestão comunitária: como “... uma estrutura, ... permanente, composta de três elementos importantes: uma estrutura legal, que define as razões para sua existência, uma instituição, que dá forma a suas necessidades organizacionais e à tomada de decisões, e os recursos (humanos, financeiros ...), ...” (MGU, 2016, p.59). Estrutura essa que foi pedido pelos moradores nos referidos encontros semanais, que se quer independente e democraticamente eleita, para facilitar o planeamento, a implementação e a fiscalização das acções, a fim de produzir resultados que garantam uma gestão participativa e integrada, em prol do desenvolvimento local.

No âmbito da candidatura a património universal, em 2008, foi criado, pelo então governo, uma estrutura de gestão: comités de gestão e consultivo – sendo o de gestão composto por representantes de três órgãos (Governo, Câmara local e Comunidade), cujas atribuições eram administrar o sítio, de acordo com as normas da UNESCO e nacionais. Já o consultivo era composto por representantes das instituições centrais e locais, ONG’s e parceiros, que possuíam especialistas na matéria de gestão territorial e patrimonial. Em 2013, foi criada a Alta Curadoria, com poderes de gerir, através do curador residente que fazia a gestão corrente do sítio, com as mesmas atribuições que tinham os ditos Comitês.

Em suma, esta estrutura de gestão na Cidade Velha, durante os seus 15 anos não funcionou, conforme o almejado.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Em jeito de conclusão, diríamos que esta reflexão nos permite aferir que todas as cidades-porto lusófonas africanas, das linhas costeiras, principalmente os sítios classificados pela UNESCO como património universal, em Moçambique - Ilha de Moçambique (1991), Cabo Verde - Cidade Velha (2009) e Angola - M'Banza Congo, (2017), são espaços de construção social que padecem dos mesmos problemas e gozam das mesmas oportunidades. Um plano de gestão bem elaborado pode ser (re)aplicável a toda linha costeira da expansão portuguesa africana, particularmente a lusófona classificada património universal.

A meta de perceber a importância do oceano na construção social e cultural em toda a linha costeira lusófona, a partir da Cidade Velha foi conseguida, na medida em que são os mesmos, *modi operandi* de ocupação e criação de cidades portuárias. Apesar de persistirem muitos desafios, em que alguns se arrastam há mais de 30 anos, na Cidade Velha como é a questão urbanística, (ampliação vertical e horizontal), ausência de zona de expansão e aumento de pobreza comunitária, vislumbramos esperanças e o acreditar num sítio melhor gerido, em que a população alcance a tão desejada felicidade.

Para tal, acreditamos que os estudos e a implementação de futuros projectos nas linhas costeiras lusófonas, em especial, as cidades-porto potenciadoras de estruturas e construções sociais com características comuns (Polónia e Costa. 2020), possam alcançar um dos objectivos do milénio - erradicação de pobreza, no sítio. O contributo do oceano, na construção e no reforço da identidade nacional e construção de património azul, presentes nos testemunhos intangíveis e tangíveis constituem outro vector de objectivo desenvolvimento sustentável.

As tradições orais e manifestações culturais, associadas às letras das diversas músicas, poesias, advinhas, rezas e estória oral - Carlos Magno de Passagem pela Cidade Velha, contado por Jacinto Vaz, pode também incrementar a economia cultural azul local. É, este espaço de interacção social, cultural e económica, que para CORREIA E

SILVA, 1998. p. 6 “... resulta sempre de uma efervescente interface entre o arquipélago e a sua envolvência atlântica”, que deve ser bem gerida em prol da melhoria de condição de vida da população local.

Por conseguinte, grosso das urbes da linha costeira portuguesa, especialmente da África Lusófona, aqui representada pela Cidade Velha, está conservada, mas com grandes riscos naturais e antrópicos. O que constituem desafios permanentes às ameaças naturais e antrópicas, fruto das alterações climáticas e do fenómeno da globalização.

Em suma, a antiga Cidade da Ribeira Grande “... foi o espaço: onde os escravos importados da Costa da Guiné eram ladinizados e reexportados para o novo mundo; laboratório de experimentação de flora e fauna que se dirigia para outros continentes; cidade onde se podia fazer negócios lucrativos” (PGRCV, 2014, p. 8).

Esses espaços podem ser percebidos em várias dimensões e perspectivas: as de interface identitária social e cultural; as de intangibilidade, compreensível aos olhos do simbólico; e as economicistas e oceânicos vistos como recursos haliêuticos e vias de ligação. No nosso entendimento, não obstante os desafios acima referenciados, aferimos que linha costeira tem um papel preponderante na (re)construção das heranças culturais locais.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos ao IPC por esta missão e ao projecto CONCHA-Portugal. À rede de Investigadores BRASPOR os nossos reconhecimentos e gratidão. Aos revisores deste artigo, os nossos agradecimentos. A todos bem-haja.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASHWORTH, G. 1994. From History to Heritage – From Heritage to Identity, In: ASHWORTH, G. & LARKHAM, P. (Eds.), *Building a New Heritage*, Londres; (doi:10.4324/9780203068564).
- BERNARDI, B. 1989. *Antropologia*. Ed. Teorema, Lisboa, (ISBN 972-695-076-1).
- BRITO, M.R. 2010. A Interpretação do Património Cultural – Pelourinho ou Picota da “Cidade Velha Património

- da Humanidade, *Revista Especial da Soca Edições, Praia*, pp. 6-23.
- BRITO, M.R. 2012. Reconversão Patrimonial do Sítio Histórico – *Cidade Velha, Património Mundial – Interpretação da Fortaleza Real de São Filipe, Praia*, Uni-CV-Dissertação do mestrado.
- CORREIA E SILVA, A. 1998. *Espaços Urbanos de Cabo Verde, O Tempo das Cidades-Porto*, CNCDP. (ISBN: 972-8325-64-9).
- Declaração da III Conferência Internacional da ONU Sobre os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) de Samoa, de 1 a 4 de Setembro de 2014.
- Decreto nº121/90, de 08 de Dezembro de 1990, Cidade Velha – Património Nacional. 1993.
- DGPC.1990. Decreto-lei nº 102/III/90, Suplemento do B.O. nº 52 de 29/12/90.
- Edital da CM Praia, nº 4/93, 02 de Junho 1993 – normas de construções.
- Estudos, Caracterização e Diagnóstico da Cidade Velha - âmbito do Plano de Salvaguarda 2024.
- GARCÍA CANCLINI, N. 1999. Los Usos Sociales del Patrimonio Cultural, Criado, E.A. (Ed.), *Patrimonio Etnológico. Nuevas Perspectivas de Estudio*, Sevilla, Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico.
- Instituto Nacional de Estatísticas - INE, CV. 2021. Site do INE, <http://www.ine.cv>.
- Instituto do Património Cultural - IPC, CV. 2020. Carta Arqueológica da Cidade Velha.
- Instituto Nacional de Estatísticas - INE, CV. 2010. Site do INE, <http://www.ine.cv>.
- IPC.2020. Lei nº 85/IX/20, de 20 de Abril, Praia – Estabelece o regime jurídico do património nacional.
- IPC.2021. Lei nº 124/IX/2021, de 23 de Abril - Estabelece o quadro Jurídico dos Museus e da Rede Museus de Cabo Verde, Praia.
- MADEIRA SANTOS, M.E. *et al* (Coord.). 2007. *História Concisa de Cabo Verde*, Lisboa - Praia, ICT e IIPC (ISBN: 978-972-672-973-0).
- Plano de Gestão e Prevenção de Riscos Cidade Velha - Património Mundial, UNESCO, Outubro de 2014.
- POLÓNIA, A. & COSTA, C.M. 2020. Preservar patrimónios e partilhar memórias em cidades-porto latino-americanas. Um projeto em ação: CoopMar – Cooperação Transoceânica, Políticas Públicas e Comunidade Sociocultural Ibero-Americana. *Locus: Revista de História*, 26(2): 13-28. (doi:10.34019/2594-8296.2020.v26.31151).
- Portaria_127_de_30_de_Abril_de_2009, (portal.iphan.gov.br), pdf
- Relatório de Missão de Avaliação da Cidade Velha - PM, para o IPC, Sébastien Moriset e Nuria Sánchez Muñoz, arquitetos, CRAterre, 2016.
- Relatório Semestral da DMS-IPC, 2023.
- UNESCO.1972. Convenção da Unesco Sobre a Proteção do Património Mundial Cultural e Natural, Paris, 23 de novembro.
- UNESCO.2003. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, Paris, 17 de outubro de 2003.
- UNESCO.2016. Manual de Gestão do Património Cultural Mundial, versão portuguesa, UNESCO Brasil.

